

CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



Direcionamento de recursos a políticas públicas locais

Destinação do Imposto de Renda em contas de água

A vereadora Debora Palermo (PL) solicitou à Prefeitura uma campanha permanente de conscientização para os cidadãos campineiros destinarem parte do Imposto de Renda aos Fundos Municipais da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa. A iniciativa permite ao contribuinte direcionar recursos para políticas públicas locais, sem aumento da carga tributária. A proposta prevê que mensagens informativas sejam incluídas nas contas de água e esgoto da Sanasa, em carnês de tributos municipais, como o IPTU, em canais oficiais da Prefeitura e em campanhas institucionais. Ainda de acordo com parlamentar, diversos municípios brasileiros já adotaram estratégias semelhantes.

Falta de informação

Segundo a vereadora, apesar da relevância, a destinação ainda é pouco utilizada, em grande parte por falta de informação. "A inclusão dessas mensagens nas contas de água, documento de ampla circulação e leitura, representa medida de baixo custo e alto impacto social, contribuindo para o fortalecimento dos fundos municipais e para maior participação da população na destinação de recursos públicos".

Câmara Municipal de Campinas



Para Souto, Saúde campineira sofre crise geral

Situação da residência médica

A vereadora Fernanda Souto (PSol) promove nesta terça-feira (19) um debate público cujo tema é a situação da residência médica na rede de saúde em Campinas. O evento está marcado às 18h30 no Plenário José Maria Matosinho, com transmissão ao vivo pela TV Câmara. Para a parlamentar, a saúde pública municipal vive uma crise geral. Segundo ela, são inúmeros os problemas que afetam os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e também os servidores e servidoras do município.

Atenção Primária à Saúde

"Os reflexos dessa situação são filas intermináveis, falta de leitos hospitalares, dificuldade para realizar consultas, exames, procedimentos e cirurgias, desvalorização e sobrecarga dos profissionais de saúde e falta de investimento no setor", lista a vereadora. O debate vai discutir, entre outros, o dimensionamento das equipes da Atenção Primária à Saúde (APS).

PINGA-FOGO

Modelo I

Campinas demonstrou maturidade política e cívica ao unir Direita e Esquerda em um clamor uníssono pela instalação do futuro supercomputador brasileiro na cidade. A busca pelo equipamento de R\$ 1,8 bi consolidou um pacto suprapartidário que transcende diferenças ideológicas em prol do desenvolvimento.

Modelo II

O prefeito Dário Saadi (Republicanos) fez coro com o vereador Gustavo Petta (PSol), em uma articulação conjunta perante o presidente Lula e a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação Luciana Santos, provando que a busca por inovação não tem partido, mas exige união estratégica.

Modelo III

A metrópole inclusive fez o dever de casa e apresentou um robusto estudo técnico. A proposta contempla o custeio da energia elétrica pelo município e apoio de 90 instituições. Com território plano e fibra óptica abundante, Campinas possui o ecossistema ideal para abrigar o projeto no CTI Renato Archer.

Modelo IV

Essa articulação vista em Campinas serve de modelo para o Brasil. Em tempos de polarização extrema, a capacidade de sentar à mesa e defender o avanço tecnológico, ou seja lá o que for, prova que o interesse público deve vir sempre antes de disputas eleitorais, e de preferências individuais, e ideológicas.

Modelo V

O resultado vai além da possível instalação do supercomputador. Independentemente da conquista, a população de Campinas já ganhou, com representantes políticos, de polos distintos, mostrando que a democracia funciona melhor quando todos focam em interesses públicos comuns.

Modelo VI

A decisão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação sairá até o final de maio. Mas, a união de forças políticas já mostra que Campinas está pronta não apenas para receber o investimento, mas para seguir liderando o futuro científico nacional.



Em 2024 foram registrados 40 processos, contra 50 em 2025

Ações contra planos de saúde crescem 25%

Ingressos judiciais dizem respeito a reajustes abusivos

Da Redação

O número de ações judiciais contra reajustes abusivos de planos de saúde subiu 25% em Campinas de 2024 para 2025, segundo informações do Conselho Nacional de Justiça.

No ano retrasado foram registrados 40 processos, contra 50 em 2025. Já até março deste ano, 17 ações.

No Estado de São Paulo, o aumento foi ainda maior, da ordem de 50,7%, subindo de 2.988 em 2024 para 4.518 em 2025. Até março de 2026, foram instaurados em média 18 processos por dia.

Como funciona

A Agência Nacional de Saúde (ANS) estipula um teto de reajuste anual para contratos de pessoas físicas (o índice se manteve inferior a 7% nos dois últimos anos). Mas, os planos empresariais não possuem limite regulamentar de aumento. A venda de planos individuais ou familiares ocorre de forma muito restrita no mercado, o que gera uma percepção de que os consumidores são compelidos a contratar a modalidade empresarial.

O entendimento do Poder Judiciário determina que a carteira empresarial deve ser composta por funcionários de uma determinada empresa, exigindo-se cota mínima de 30 beneficiários, o que torna a maior parte das

contratações atuais irregulares.

Caso uma operadora se recuse a comercializar planos individuais, sob a alegação de indisponibilidade da modalidade, cabe ao consumidor registrar uma reclamação na ANS, restando a alternativa de acionar a Justiça caso a demanda não seja solucionada na esfera administrativa.

Como reclamar

A Agência Nacional de Saúde (ANS) é a agência reguladora responsável pelo setor de planos de saúde no Brasil. Ao registrar uma reclamação, por meio da Notificação de Intermediação Preliminar (NIP) - forma amigável de composição de conflitos -, o consumidor terá acesso à resposta da operadora ou administradora de benefícios e poderá informar para a ANS se seu problema foi realmente resolvido.

Em caso negativo, a demanda pode virar um processo sancionador na ANS, que poderá resultar em aplicação de penalidade.

Para tanto, acesse o site (https://ans.gov.br/nip_solicitante) ou entre em contato pelo Disque ANS, ligando 0800 701 9656, que funciona de segunda a sexta-feira (exceto feriados nacionais), das 8 às 20h. Deficientes auditivos, devem entrar em contato pelo número 0800 021 2105.

As ligações são gratuitas de qualquer localidade do país, e o tempo estimado de espera é de até cinco minutos.